

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	20
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	50
Proposta de Orçamento de Capital	51
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	52

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	53
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	55
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	57

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária	25/04/2019	Dividendo	21/05/2019	Ordinária		0,02346
Assembleia Geral Ordinária	25/04/2019	Dividendo	21/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	0,02346
Assembleia Geral Ordinária	25/04/2019	Dividendo	21/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe C	0,02346
Assembleia Geral Ordinária	25/04/2019	Juros sobre Capital Próprio	21/05/2019	Ordinária		0,05112
Assembleia Geral Ordinária	25/04/2019	Juros sobre Capital Próprio	21/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	0,05112
Assembleia Geral Ordinária	25/04/2019	Juros sobre Capital Próprio	21/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembleia Geral Ordinária	25/04/2019	Juros sobre Capital Próprio	21/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe C	0,05112
Assembleia Geral Ordinária	25/04/2019	Juros sobre Capital Próprio	21/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Reunião do Conselho de Administração	19/11/2019	Dividendo	22/11/2019	Ordinária		0,01853
Reunião do Conselho de Administração	19/11/2019	Dividendo	22/11/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	0,01853
Reunião do Conselho de Administração	19/11/2019	Dividendo	22/11/2019	Preferencial	Preferencial Classe C	0,01853
Reunião do Conselho de Administração	19/11/2019	Juros sobre Capital Próprio	22/11/2019	Ordinária		0,05266
Reunião do Conselho de Administração	19/11/2019	Juros sobre Capital Próprio	22/11/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	0,05266
Reunião do Conselho de Administração	19/11/2019	Juros sobre Capital Próprio	22/11/2019	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Reunião do Conselho de Administração	19/11/2019	Juros sobre Capital Próprio	22/11/2019	Preferencial	Preferencial Classe C	0,05266
Reunião do Conselho de Administração	19/11/2019	Juros sobre Capital Próprio	22/11/2019	Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Reunião do Conselho de Administração	23/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,01712
Reunião do Conselho de Administração	23/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,01712
Reunião do Conselho de Administração	23/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,01712

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	1.142.690	1.131.991
1.01	Ativo Circulante	73.787	37.348
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	37.862	1.761
1.01.03	Contas a Receber	18.707	14.596
1.01.03.01	Clientes	2.130	1.914
1.01.03.01.01	Concessionárias	2.130	1.914
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.577	12.682
1.01.03.02.01	Rendas a receber	16.577	12.682
1.01.04	Estoques	6.932	5.953
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.073	13.541
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.073	13.541
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8.679	12.306
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	1.394	1.235
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	213	1.497
1.01.08.03	Outros	213	1.497
1.01.08.03.01	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.02	Outros créditos	165	1.449
1.02	Ativo Não Circulante	1.068.903	1.094.643
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.731	1.253
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.731	1.253
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos vinculados	672	635
1.02.01.10.04	Prêmio de risco - GSF	395	443
1.02.01.10.05	Outros créditos	664	175
1.02.03	Imobilizado	1.043.808	1.081.565
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.025.216	1.038.868
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	694	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	17.898	42.697
1.02.04	Intangível	23.364	11.825
1.02.04.01	Intangíveis	23.364	11.825
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	22.739	11.138
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	240	246
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	385	441

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	1.142.690	1.131.991
2.01	Passivo Circulante	31.576	53.870
2.01.02	Fornecedores	3.320	5.486
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.320	5.486
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.136	6.100
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.105	6.051
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	998	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	3.107	6.051
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	11	35
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	20	14
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.807	5.529
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.807	5.529
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.807	5.529
2.01.05	Outras Obrigações	16.912	31.259
2.01.05.02	Outros	16.912	31.259
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.634	22.910
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	5.181	4.998
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	3.097	3.351
2.01.06	Provisões	5.401	5.496
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33	31
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	33	31
2.01.06.02	Outras Provisões	5.368	5.465
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5.368	5.465
2.02	Passivo Não Circulante	191.470	182.243
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	90.513	87.782
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	90.513	87.782
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	90.513	87.782
2.02.02	Outras Obrigações	46.389	45.126
2.02.02.02	Outros	46.389	45.126
2.02.02.02.05	Uso do bem público	45.008	44.298
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	1.381	828
2.02.03	Tributos Diferidos	32.832	34.222
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.832	34.222
2.02.04	Provisões	21.736	15.113
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.101	12.730
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	149
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.393	906
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.708	11.675
2.02.04.02	Outras Provisões	9.635	2.383
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	9.113	2.383
2.02.04.02.04	Outras provisões	522	0
2.03	Patrimônio Líquido	919.644	895.878
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018
2.03.04	Reservas de Lucros	100.615	76.622
2.03.04.01	Reserva Legal	52.530	48.926
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.341	2.444
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	29.826	12.334
2.03.04.10	Reserva de Investimento	12.918	12.918
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	97	324

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	188.053	144.888
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-59.041	-70.978
3.02.01	Custo com energia elétrica	-1.514	-1.439
3.02.02	Custo de operação	-57.527	-69.539
3.03	Resultado Bruto	129.012	73.910
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.616	-12.948
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.430	-12.446
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.186	-502
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	116.396	60.962
3.06	Resultado Financeiro	-24.702	-19.145
3.06.01	Receitas Financeiras	2.798	1.616
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.500	-20.761
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	91.694	41.817
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19.619	-3.899
3.08.01	Corrente	-20.891	-7.101
3.08.02	Diferido	1.272	3.202
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	72.075	37.918
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	72.075	37.918
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,1308	0,06582
3.99.01.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,1308	0,06582
3.99.01.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,1308	0,06582
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,1308	0,06582
3.99.02.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,1308	0,06582
3.99.02.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,1308	0,06582

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	72.075	37.918
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-227	-49
4.02.01	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	-344	-74
4.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	117	25
4.03	Resultado Abrangente do Período	71.848	37.869

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	116.922	34.142
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	163.092	118.175
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	91.694	41.817
6.01.01.03	Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos	1.777	1.888
6.01.01.04	Tributos diferidos	-1	11
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	40.793	53.248
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	2.801	2.291
6.01.01.08	Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos	16.723	12.628
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	6.027	6.419
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	149	125
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	2.967	-665
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	699	564
6.01.01.13	Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	269	0
6.01.01.17	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-850	45
6.01.01.18	Amortização do prêmio de risco - GSF	48	48
6.01.01.19	Outros	-4	-244
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-46.170	-84.033
6.01.02.01	Concessionárias	-216	-611
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-1.288	-2.720
6.01.02.04	Rendas a receber	-3.895	2.938
6.01.02.05	Estoques	-979	-460
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-5	344
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	795	-2.747
6.01.02.08	Fornecedores	-2.166	2.640
6.01.02.09	Outros tributos a recolher	-2.135	-5.143
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	-4	4
6.01.02.13	Provisões	-7.765	-5.042
6.01.02.14	Uso do bem público	-5.134	-4.720
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-2.463	773
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-20.915	-69.289
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.358	-6.145
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-6.358	-6.145
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-74.463	-49.826
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	-40.000
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-57.679	-37.724
6.03.04	Captação de empréstimos e financiamentos	0	39.676
6.03.05	Pagamentos de encargos de dívidas	-16.396	-11.778
6.03.06	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-388	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	36.101	-21.829
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.761	23.590
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	37.862	1.761

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	76.622	0	324	895.878
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	76.622	0	324	895.878
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-9.437	-38.645	0	-48.082
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-7.452	0	-7.452
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-31.193	0	-31.193
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2019	0	0	-9.437	0	0	-9.437
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.075	-227	71.848
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.075	0	72.075
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-227	-227
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-344	-344
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	117	117
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.430	-33.430	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.604	-3.604	0	0
5.06.07	Lucro do exercício a deliberar	0	0	29.826	-29.826	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	100.615	0	97	919.644

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	70.351	0	373	889.656
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	70.351	0	373	889.656
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-7.959	-23.688	0	-31.647
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-23.688	0	-23.688
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO de 18/04/2018	0	0	-7.959	0	0	-7.959
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.918	-49	37.869
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.918	0	37.918
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-49	-49
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-74	-74
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	25	25
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.230	-14.230	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	1.896	-1.896	0	0
5.06.05	Lucro do exercício a deliberar	0	0	12.334	-12.334	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	76.622	0	324	895.878

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	228.364	167.894
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	207.495	159.953
7.01.02	Outras Receitas	0	16
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	20.869	7.925
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-37.287	-23.338
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-61	214
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.899	-18.373
7.02.04	Outros	-4.327	-5.179
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-1.608	-1.799
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-2.719	-3.380
7.03	Valor Adicionado Bruto	191.077	144.556
7.04	Retenções	-40.987	-53.381
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40.987	-53.381
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	150.090	91.175
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.960	1.799
7.06.02	Receitas Financeiras	2.960	1.799
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	153.050	92.974
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	153.050	92.974
7.08.01	Pessoal	12.950	13.295
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.087	10.499
7.08.01.02	Benefícios	2.226	2.273
7.08.01.03	F.G.T.S.	637	523
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	40.457	20.593
7.08.02.01	Federais	40.286	19.780
7.08.02.02	Estaduais	39	663
7.08.02.03	Municipais	132	150
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	27.567	21.168
7.08.03.01	Juros	27.500	20.761
7.08.03.02	Aluguéis	67	407
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	72.076	37.918
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	38.645	23.688
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.431	14.230

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2019 foi de inúmeras conquistas. Em janeiro, a UHE Lajeado foi eleita como a primeira colocada entre todas as hidrelétricas brasileiras no Relatório do Monitoramento da Campanha de Fiscalização de Desempenho das UHEs com Despacho Centralizado Pelo ONS. O relatório dividiu o acompanhamento em: Gestão de Manutenção, Gestão da Operação, Meio Ambiente, Segurança de Barragem e Indicadores de Desempenho. O resultado veio coroar um intenso processo envolvendo otimização, aperfeiçoamento e modernização de equipamentos, e consolidação da estratégia. A Usina alcançou 97,6% de disponibilidade das unidades geradoras – principal indicador de uma hidrelétrica, sendo o melhor desempenho, desde a sua entrada em operação.

Além da excelência operacional, Lajeado continuou apresentando resultados muito satisfatórios em segurança, alcançando 9,7 anos sem acidentes de trabalho para o quadro próprio e 7,2 anos sem acidentes para contratados – o tema foi intensificado com a implementação de novas metodologias e acompanhamentos. A Escola da Geração, implementada no passado, continuou provendo capacitação ao corpo técnico. A rotina de visitas à Usina foi intensificada, superando as 2.000 realizadas no último ano, atendendo a rede educativa do Estado e a população em geral. A Investco, com apoio do Instituto EDP, patrocinou projetos sociais, esportivos e culturais que beneficiaram mais de 1.200 jovens e crianças de escolas públicas, fomentando o protagonismo infanto-juvenil, além do projeto “hortas hidropônicas”, que gerou trabalho e renda para mais de 40 famílias de Miracema. Investimentos sociais como esses colocam a EDP como referência no ranking do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3).

O ano de 2019 significou o fim de uma década, marcada não apenas pelo crescimento das ações e do impacto social da Investco no Tocantins, mas também pelos investimentos que contribuíram positivamente para o impacto econômico e geração de valor para o Estado e País. Em 2020, será mantido o compromisso de melhoria contínua e segurança no trabalho, com foco no aperfeiçoamento do relacionamento com os stakeholders e na valorização da nossa cultura, peças-chave para Lajeado. Por fim, gostaríamos de agradecer aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pela dedicação e comprometimento de sempre.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**A COMPANHIA**

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.424,7 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2019 a energia gerada foi de 2.881,5 GWh, 20,0% inferior aos 3.603,6 GWh gerados em 2018 devido ao cenário hidrológico desfavorável. A Usina apresentou índice de disponibilidade média anual de 98,2%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade acumulada de 97,6% (apurada com base nos últimos 60 meses), maior valor do índice no histórico da usina e superior ao exigido no Contrato de Concessão, que é de 92,2%.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		2019	2018	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.142.690	1.131.991	0,9%
Patrimônio líquido	R\$ mil	919.645	895.878	2,7%
Dívida líquida	R\$ mil	54.458	91.550	-40,5%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,06	0,10	-42,1%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,35	0,80	-56,8%
DRE				
Receita Líquida	R\$ mil	188.053	144.888	29,8%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	(70.142)	(82.487)	-15,0%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(1.514)	(1.439)	5,2%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	116.397	60.962	90,9%
EBITDA	R\$ mil	157.190	114.210	37,6%
Resultado financeiro	R\$ mil	(24.702)	(19.145)	29,0%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	91.695	41.817	119,3%
Lucro líquido	R\$ mil	72.076	37.918	90,1%
* inclui depreciação e amortização				
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	83,6%	78,8%	4,8%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	38,3%	26,2%	12,2%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2019	2018	var. %
Receita operacional líquida	188,053	144,888	29.8%
Gastos não gerenciáveis	(1,514)	(1,439)	5.2%
Energia elétrica comprada para revenda	(51)	198	-125.8%
Encargos de uso da rede elétrica	(1,459)	(1,633)	-10.7%
Margem bruta	186,539	143,449	30.0%
Gastos gerenciáveis	(70,142)	(82,487)	-15.0%
Total PMSO	(29,349)	(29,239)	0.4%
Pessoal	(14,840)	(14,312)	3.7%
Materiais	(1,028)	(931)	10.4%
Serviços de terceiros	(10,565)	(10,343)	2.1%
Arrendamentos e aluguéis	(67)	(398)	-83.2%
Provisões e contingências	620	1,388	-55.3%
Outros gastos gerenciáveis	(3,469)	(4,643)	-25.3%
Ganhos e perdas na desat. e alienação de bens	(1,777)	(1,888)	-5.9%
Outras	(1,692)	(2,755)	-38.6%
Depreciação e amortização	(40,793)	(53,248)	-23.4%
Resultado do serviço (EBIT)	116,397	60,962	90.9%
EBITDA	157,190	114,210	37.6%
Margem EBITDA	83.6%	78.8%	6.0%
Resultado financeiro líquido	(24,702)	(19,145)	29.0%
Receitas financeiras	2,798	1,616	73.1%
Despesas financeiras	(27,500)	(20,761)	32.5%
LAIR	91,695	41,817	119.3%
Imposto de renda e contribuição social	(19,619)	(3,899)	403.2%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20,891)	(7,101)	194.2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,272	3,202	-60.3%
Lucro líquido	72,076	37,918	90.1%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 188,1 milhões em 2019, aumento de 29,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 43,2 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada, sendo que, no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 1,5 milhões no ano de 2019, 5,2% maior que o período anterior.

O **Total de PMSO** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 29,4 milhões no ano de 2019, em linha com o ano de 2018.

No ano de 2019 o **EBITDA** alcançou R\$ 157,2 milhões, valor 37,6% superior ao alcançado no ano de 2018, devido à maior receita de arrendamento do período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 40,8 milhões, 23,4% inferior ao ano de 2018 em decorrência da finalização de depreciação antecipada de equipamentos que foram cedidos para a construção da linha de transmissão da Taesa.

O **Resultado Financeiro Líquido** piorou R\$ 5,6 milhões, 29,0% superior em relação a 2018, principalmente em função do Ajuste de Valor Presente (AVP) das ações preferenciais das classes “A”, “B” e “C” (consideradas como encargos de dívidas de acordo com o CPC 39).

No ano de 2019, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 72,1 milhões, 90,1% superior frente ao mesmo período do ano anterior, decorrente, principalmente do aumento da remuneração do Arrendamento, bem como da finalização da depreciação acelerada da linha de transmissão da Taesa em 2018.

INVESTIMENTOS

Os Investimentos no ano de 2019 totalizaram R\$ 15,3 milhões sendo: R\$ 0,5 milhões em edificações, obras civis e benfeitorias, R\$ 14,7 milhões em máquinas e equipamentos e R\$ 0,1 milhões em outros, 95,0% superior ao ano de 2018.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	2019	2018	var.%
(+) Dívida bruta	92,320	93,311	-1.1%
(-) Disponibilidades	-37,862	-1,761	2050.0%
(=) Dívida Líquida	54,458	91,550	-40.5%

ENDIVIDAMENTO

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 92,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, composta principalmente pelas ações preferenciais resgatáveis das classes “A”, “B” e “C” emitidas pela Companhia, que de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo de 3% sobre o valor de sua respectiva participação do capital social.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 37,9 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 54,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, decréscimo de 40,5% em relação ao ano de 2018. Essa variação ocorreu, em maior parte, afetado pela depreciação acelerada em 2018, além da melhora do Lucro Operacional da empresa, além do aumento de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio em 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Baseado na Norma ISO 14.001, o Sistema de Gestão Ambiental da Investco orienta com processos e procedimentos padronizados que são executados por equipes de cada unidade, com o apoio das áreas de Meio Ambiente Corporativo e de Sustentabilidade, capacitados nessa gestão. A UHE Lajeado manteve durante o ano de 2019 a certificação nas três normas: ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. A Investco atua de maneira preventiva, investindo continuamente em práticas e tecnologias que minimizem os impactos das atividades, além de elaborar e aplicar procedimentos para atendimento às emergências ambientais. Em 2019, foram aportados mais de R\$ 1,3 milhão entre gastos e investimentos voltados a proteção ambiental.

Em 2019, a UHE Lajeado foi apontada pela ANEEL como a melhor usina do Brasil, entre as mais de 100 usinas avaliadas pelo órgão regulador após campanha de fiscalização realizada em 2018. A hidrelétrica da EDP Brasil obteve nota 99,55 no ranking geral das usinas, tendo conquistado nota máxima, de 100 pontos, nos critérios Segurança, Meio Ambiente, Gestão de Operação e Gestão de Manutenção.

Além disso, a Investco recebeu da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, pela terceira vez, o prêmio Empresário Amigo do Esporte, sendo apontada como a organização que mais apoia o esporte no Tocantins.

CANAIS DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Central de Atendimento: Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, além dos atendimentos formais e presenciais, a Investco mantém uma Central de Atendimento com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 646 3443. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente, e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos.

Site: Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa e a usina.

Publicações em Jornais e Diário Oficial: Por meio dos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, interagindo com diversos públicos, e não somente com a comunidade local.

Comerciais via rádio: Outro veículo que atinge grande parte da população é o rádio. No último ano a Investco veiculou comerciais na rádio CBN com foco institucional e informativos com temas pontuais como preservação ambiental e prevenção e combate às queimadas.

Visitas à Usina: Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone ou e-mail, a Investco recebe grupos de visitantes na usina. Acompanhados por técnicos das áreas de comunicação ou segurança do trabalho, os visitantes assistem a um vídeo em 3D que demonstra todo o funcionamento da usina e a outro com orientações de segurança. Os visitantes ainda participam de uma palestra sobre a empresa e veem de perto as instalações da UHE. No último ano, cerca de duas mil pessoas de diferentes locais do país, conheceram a usina.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Eventos externos: A fim de promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas saudáveis, a Investco apoia uma série de eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes e espectadores conhecerem as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Programa EDP nas Escolas: O programa investe em ações que contribuem para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Em 2019 duas escolas participaram do Programa: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sebastião Sales, de Lajeado, e a Escola Municipal Francisco Martins Noleto, de Miracema. Foram beneficiados 680 alunos que receberam kits com material escolar, incluindo o livro “Os Heróis e os desafios do meio ambiente” que disseminou temas relacionados aos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Além disso, os educadores participaram da oficina “Desenvolvendo Habilidades Socioemocionais” com ênfase em Metodologias Ativas e ODS. O Concurso Arte com Energia 2019, motivou alunos e professores a refletirem sobre o tema “Nossa energia para construir um mundo melhor” utilizando a expressão artística fotografia de intervenções sociais, culturais ou ambientais como mecanismo desencadeador de reflexão sobre os ODS. As escolas também receberam a Cia. Os Kaco, com o espetáculo teatral “Transformando nosso mundo”.

Projeto Aprender e Crescer: Desenvolvido pela Associação Atlética Atenas, beneficiou 300 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, moradores de Palmas, Miracema e Lajeado, no Tocantins. Este projeto tem buscado o desenvolvimento integral dos beneficiados e seus aspectos cognitivo, motor e sócio afetivo, além da inclusão social que o esporte pode proporcionar. Faz interface com as escolas municipais e estaduais, para acompanhamento de nota e desempenho dos alunos, para que obtenham melhor rendimento escolar e uma melhor qualidade de vida e oferece reforço escolar aos participantes.

Horta Hidropônica - Cultivando pessoas do risco social a cidadania: Desenvolvido pela Associação Aliança para um Futuro Melhor – ALIAR, o projeto contribuiu para a geração de trabalho e renda de 40 famílias de Miracema, vítimas de violência doméstica, em situação de risco social, vulnerabilidade e bem como dependente químico quando este retorna do tratamento clínico-psicológico e que não possui oportunidade de reintegração social.

Outros investimentos: Reconstrução do Museu da Língua Portuguesa e apoio à Construção do Hospital de Amor, em Palmas.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou acordo com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2019.

Em 2019, a KPMG e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

empresas do Grupo EDP – Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

Investco

1 - Base de Cálculo	2019 (R\$ mil)			2018 (R\$ mil)		
Receita Líquida (RL)	188,053.00			144,888.00		
Resultado operacional (RO)	116,395.00			60,962.00		
Folha de pagamento bruta (FPB)	13,275.93			11,137.00		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	922.36	6.95%	0.49%	879.26	7.89%	0.61%
Encargos sociais compulsórios	2,631.24	19.82%	1.40%	2,597.89	23.33%	1.79%
Previdência privada	374.22	2.82%	0.20%	305.85	2.75%	0.21%
Saúde	590.93	4.45%	0.31%	725.46	6.51%	0.50%
Segurança e saúde no trabalho	47.33	0.36%	0.03%	48.85	0.44%	0.03%
Educação	11.17	0.08%	0.01%	20.59	0.18%	0.01%
Cultura	-	0.00%	0.00%	-	0.00%	0.00%
Transporte	233.00	1.76%	0.12%	241.17	2.17%	0.17%
Capacitação e desenvolvimento profissional	169.66	1.28%	0.09%	37.68	0.34%	0.03%
Creches ou auxílio-creche	34.07	0.26%	0.02%	41.28	0.37%	0.03%
Participação nos lucros ou resultados	1,266.27	9.54%	0.67%	1,064.98	9.56%	0.74%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0.00%	0.00%	-	0.00%	0.00%
Outros	36.86	0.28%	0.02%	31.67	0.28%	0.02%
Total - Indicadores sociais internos	6,317.10	47.58%	3.36%	5,994.69	53.83%	4.14%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	120.00	0.10%	0.06%	75.10	0.12%	0.05%
Cultura	1,231.50	1.06%	0.65%	1,125.95	1.85%	0.78%
Saúde e saneamento	481.11	0.41%	0.26%	486.80	0.80%	0.34%
Esporte	404.27	0.35%	0.21%	513.77	0.84%	0.35%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0.00%	0.00%	23.88	0.04%	0.02%
Outros	157.94	0.14%	0.08%	-	0.00%	0.00%
Total das contribuições para a sociedade	2,394.82	2.06%	1.27%	2,225.50	3.65%	1.54%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0.00%	0.00%	-	0.00%	0.00%
Total - Indicadores sociais externos	2,394.82	2.06%	1.27%	2,225.50	3.65%	1.54%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	2,704.27	2.32%	1.44%	5,145.26	8.44%	3.55%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0.00%	0.00%	-	0.00%	0.00%
Total dos investimentos em meio ambiente*	2,704.27	2.32%	1.44%	5,145.26	8.44%	3.55%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	☒ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%			☒ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2019			2018		
Nº de empregados(as) ao final do período	65			67		
Nº de admissões durante o período	5			2		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	63			63		
Nº de estagiários(as)	0			0		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	9			ND		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	14			16		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0%			0%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	5			5		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2019			2018		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	11.67			11.72		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	(x) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	NA	NA	NA	NA	NA	NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	153,050.00			92,974.00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 26% acionistas: 25% colaboradores: 8% retido: 22% terceiros: 18%			governo: 22% acionistas: 25% colaboradores: 14% retido: 15% terceiros: 23%		
7 - Outras Informações						
N/A - Não Aplicável.						

*Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	37.862	1.761
Concessionárias	4	2.130	1.914
Rendas a receber	5	16.577	12.682
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	8.679	12.306
Outros tributos compensáveis	6	1.394	1.235
Estoques	9	6.932	5.953
Prêmio de risco - GSF	10	48	48
Outros créditos	11	165	1.449
Total do Ativo Circulante		73.787	37.348
Não circulante			
Depósitos vinculados	19	672	635
Prêmio de risco - GSF	10	395	443
Outros créditos	11	664	175
		1.731	1.253
Imobilizado	12	1.043.808	1.081.565
Intangível	13	23.364	11.825
		1.067.172	1.093.390
Total do Ativo Não circulante		1.068.903	1.094.643
TOTAL DO ATIVO		1.142.690	1.131.991
PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores	14	3.320	5.486
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	998	
Outros tributos a recolher	6	3.138	6.100
Dividendos	15	8.634	22.910
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	1.807	5.529
Benefícios pós-emprego	17	33	31
Uso do bem público	18	5.181	4.998
Provisões	19	5.368	5.465
Outras contas a pagar	11	3.097	3.351
Total do Passivo Circulante		31.576	53.870
Não circulante			
Tributos diferidos	7	32.832	34.222
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	90.513	87.782
Benefícios pós-emprego	17	1.393	906
Uso do bem público	18	45.008	44.298
Provisões	19	20.343	14.207
Outras contas a pagar	11	1.381	828
Total do Passivo Não circulante		191.470	182.243
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	20.1	804.459	804.459
Reservas de capital	20.3	14.473	14.473
Reservas de lucros	20.3	100.615	76.622
Outros resultados abrangentes	20.4	97	324
Total do Patrimônio líquido		919.644	895.878
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.142.690	1.131.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2019	2018
Receitas	21	188.053	144.888
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	22		
Custo do serviço de energia elétrica		(1.514)	(1.439)
Custo de operação		(57.527)	(69.539)
		(59.041)	(70.978)
Lucro bruto		129.012	73.910
Despesas e Receitas operacionais	22		
Despesas gerais e administrativas		(11.430)	(12.446)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.186)	(502)
		(12.616)	(12.948)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		116.396	60.962
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		2.798	1.616
Despesas financeiras		(27.500)	(20.761)
		(24.702)	(19.145)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		91.694	41.817
Tributos sobre o lucro	24		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(20.891)	(7.101)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.272	3.202
		(19.619)	(3.899)
Lucro líquido do exercício		72.075	37.918
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	25		
ON		0,13080	0,06582
PNR		0,01223	0,01223
PNA		0,13080	0,06582
PNB		0,03669	0,03669
PNC		0,13080	0,06582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	72.075	37.918
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(344)	(74)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	117	25
	<u>(227)</u>	<u>(49)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>71.848</u>	<u>37.869</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	804.459	14.473	70.351	373	-	889.656
Dividendo adicional aprovado - AGO de 18/04/2018			(7.959)			(7.959)
Lucro líquido do exercício					37.918	37.918
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			1.896		(1.896)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(23.688)	(23.688)
Lucro do exercício a deliberar			12.334		(12.334)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(74)		(74)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				25		25
Saldos em 31 de dezembro de 2018	804.459	14.473	76.622	324	-	895.878
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	804.459	14.473	76.622	324	-	895.878
Dividendo adicional aprovado - AGO de 25/04/2019			(9.437)			(9.437)
Lucro líquido do exercício					72.075	72.075
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			3.604		(3.604)	-
Dividendos Intermediários - RCA de 19/11/2019					(7.452)	(7.452)
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 23/12/2019					(6.886)	(6.886)
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 19/11/2019					(24.307)	(24.307)
Lucro do exercício a deliberar			29.826		(29.826)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(344)		(344)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				117		117
Saldos em 31 de dezembro de 2019	804.459	14.473	100.615	97	-	919.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		91.694	41.817
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		(1)	11
Depreciações e amortizações		40.793	53.248
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		2.801	2.291
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		1.777	1.888
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos		16.723	12.628
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		6.027	6.419
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		269	
Provisão para plano de benefícios pós-emprego			125
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		2.967	(665)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		699	564
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(850)	45
Amortização do prêmio de risco - GSF		48	48
Outros		145	(244)
		<u>163.092</u>	<u>118.175</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(216)	(611)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(1.288)	(1.788)
Outros tributos compensáveis			(932)
Estoques		(979)	(460)
Cauções e depósitos vinculados		(5)	344
Rendas a receber		(3.895)	2.938
Outros ativos operacionais		795	(2.747)
		<u>(5.588)</u>	<u>(3.256)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(2.166)	2.640
Outros tributos a recolher		(2.135)	(5.143)
Benefícios pós-emprego			4
Provisões		(7.765)	(5.042)
Uso do bem público		(5.134)	(4.720)
Outros passivos operacionais		(2.467)	773
		<u>(19.667)</u>	<u>(11.488)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>137.837</u>	<u>103.431</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.915)	(69.289)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>116.922</u>	<u>34.142</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(6.358)	(6.145)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(6.358)</u>	<u>(6.145)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(57.679)	(37.724)
Captação de empréstimos e financiamentos			39.676
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos			(40.000)
Pagamentos de encargos de dívidas		(16.396)	(11.778)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(388)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	27.1	<u>(74.463)</u>	<u>(49.826)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>36.101</u>	<u>(21.829)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		37.862	1.761
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.761	23.590
		<u>36.101</u>	<u>(21.829)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	2019	2018
Geração do valor adicionado	228.364	167.894
Receita operacional	207.495	159.953
Receita relativa à construção de ativos próprios	20.869	7.925
Outras receitas	16	16
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(37.287)	(23.338)
Custos da energia comprada	(61)	214
Encargos de uso da rede elétrica	(1.608)	(1.799)
Materiais	(6.258)	(4.294)
Serviços de terceiros	(26.641)	(14.079)
Outros custos operacionais	(2.719)	(3.380)
Valor adicionado bruto	191.077	144.556
Retenções		
Depreciações e amortizações	(40.987)	(53.381)
Valor adicionado líquido produzido	150.090	91.175
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.960	1.799
Valor adicionado total a distribuir	153.050	92.974
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	10.087	10.499
Benefícios	2.226	2.273
FGTS	637	523
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	40.286	19.780
Estaduais	39	663
Municipais	132	150
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	27.500	20.761
Aluguéis	67	407
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	38.645	23.688
	119.619	78.744
Lucros retidos	33.431	14.230
	153.050	92.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWm.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$5.173, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$50.189 (R\$49.296 em 31 de dezembro de 2018). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 26.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do déficit/superávit atuarial, conforme nota 17.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 11.1); Determinação da receita com arrendamento (Notas 5 e 21); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 19.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 19.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26.1.2.1).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Nota 2.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sim	Retrospectiva com efeito cumulativo
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 2.7.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework) (Nota 2.7.4)	Conceptual Framework	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor (Nota 22.3). Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

Após as devidas análises, a Companhia realizou o registro dos seguintes montantes em 1º de janeiro de 2019:

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Ajustes adoção inicial	Saldo em 1º de janeiro de 2019
Ativo				
Imobilizado	12	1.081.565	2.011	1.083.576
Passivo				
Outras contas a pagar (Circulante)	11.1	3.351	44	3.395
Outras contas a pagar (Não circulante)	11.1	828		828

Os efeitos desta adoção estão reconhecidos nas notas de Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo (Nota 11), Imobilizado (Nota 12), Gastos Operacionais (Nota 22) e resultado financeiro (Nota 23).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (Conceptual Framework), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos, (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade, (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela, e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para àqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	1.019	241
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	36.843	1.520
	<u>36.843</u>	<u>1.520</u>
Total	<u>37.862</u>	<u>1.761</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% a 100,05% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

4 Concessionárias

	Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	500	518
Energia de curto prazo	1.570	1.340
Encargos de uso da rede elétrica	60	56
	<u>2.130</u>	<u>1.914</u>

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 26.2.4.

Notas Explicativas**Notas explicativas**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**5 Rendas a receber**

	Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Lajeado Energia	12.102	9.258
Paulista Lajeado	1.160	888
CEB Lajeado	3.315	2.536
	<u>16.577</u>	<u>12.682</u>

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 8).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento (Nota 2.7.1), pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 21), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2018 ser maior que o IPCA projetado para o exercício, houve um acréscimo no IPCA para o exercício de 2019 refletido no CA; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2019 em relação ao exercício anterior de 0,16 p.p..

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	12.306		850	20.546	(5.717)	(19.306)	8.679
Total Circulante	<u>12.306</u>	<u>-</u>	<u>850</u>	<u>20.546</u>	<u>(5.717)</u>	<u>(19.306)</u>	<u>8.679</u>
Outros tributos compensáveis							
ICMS	26					(11)	15
PIS e COFINS	-	900				(900)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	1.091	386				(219)	1.258
Outros	118	2				1	121
Total Circulante	<u>1.235</u>	<u>1.288</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.129)</u>	<u>1.394</u>
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	20.891		(369)		(19.524)	998
Total Circulante	<u>-</u>	<u>20.891</u>	<u>-</u>	<u>(369)</u>	<u>-</u>	<u>(19.524)</u>	<u>998</u>
Outros tributos a recolher							
ICMS	35	1.091		(1.104)		(11)	11
PIS e COFINS	1.190	19.355		(16.946)	(1.191)	(900)	1.508
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	96	445		(468)			73
IRRF sobre juros s/ capital próprio	4.526	5.997		(4.648)	(4.526)		1.349
Encargos com pessoal	253	69		(125)			197
Total Circulante	<u>6.100</u>	<u>26.957</u>	<u>-</u>	<u>(23.291)</u>	<u>(5.717)</u>	<u>(911)</u>	<u>3.138</u>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$1.349 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2019 a ser liquidado em janeiro de 2020.

7 Tributos diferidos

	Nota	Passivo Não Circulante	
		31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS		10	11
Imposto de renda e contribuição social	7.1	32.822	34.211
		<u>32.832</u>	<u>34.222</u>

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**7.1.1 Composição**

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
Diferenças temporárias									
Benefício pós-emprego		435	150			285	93		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.415	2.795			(380)	(308)		
Uso do bem público - CPC 25		17.065	16.761	2.863	3.084	525	798		
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	7.1.1.1			43.582	46.116	2.534	1.848		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		50	167			(234)	(50)	117	25
Licenças ambientais			2.158	6.539	7.475	(1.222)	20		
Outras		290	514	93	81	(236)	801		
Total bruto		20.255	22.545	53.077	56.756	1.272	3.202	117	25
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(20.255)	(22.545)	(20.255)	(22.545)				
Total		-	-	32.822	34.211				

7.1.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 16).

7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Total Não circulante
3.308	3.308	3.308	2.444	2.444	5.443	20.255

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições da Instrução CVM nº 371/02 e Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº01/2019.

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" (Nota 15) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 16), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo				Passivo		Resultado	
				Circulante		Não circulante		Não circulante		Operacionais	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Concessionárias											
Suprimento de energia elétrica											
EDP São Paulo	Controle Comum	199,16	01/08/2002 a 15/12/2032	172	167					2.322	2.140
EDP São Paulo	Controle Comum	199,16	01/08/2005 a 15/12/2032	5	5					72	66
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/12/2019 a 31/12/2019							204	
Uso do sistema de transmissão											
EDP São Paulo	Controle Comum		01/08/2005 a 15/12/2032	20	18					240	231
				197	190	-	-	-	-	2.838	2.437
Rendas a receber (Nota 5)											
Arrendamento UHE Lajeado											
Lajeado	Controladora direta		15/01/1998 a 15/01/2033	12.102	9.258					145.218	111.098
CEB Lajeado	Acionista não controlador			3.315	2.536					39.787	30.437
Paulista Lajeado	Acionista não controlador			1.160	888					13.925	10.653
				16.577	12.682	-	-	-	-	198.930	152.188
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)											
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2019			117	25	732	806	(156)	(993)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2021					24	22	(297)	(264)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2019			38		202		(1.308)	68
Contrato de prestação de serviços (d)											
EDP PCH	Controle Comum (*)		01/01/2017 a 31/12/2018								842
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/12/2019 a 30/11/2024					69		(69)	
Reembolso de prêmio de seguro											
EDP Espírito Santo	Controle Comum		31/03/2019 a 04/07/2019							(6)	
Porto do Pecém	Controle Comum		31/03/2019							(1)	
EDP São Paulo	Controle Comum		31/03/2019							(7)	
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		31/03/2019							28	
				-	-	155	25	1.027	828	(1.816)	(347)
				16.774	12.872	155	25	1.027	828	199.952	154.272

(*) A EDP PCH foi alienada em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não mais faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).
As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II, e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1º de janeiro de 2019 para as Companhias EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP Comercializadora, EDP GRID, EDP Soluções, Lajeado, Porto do Pecém, Investco e EDP Varejista considerando os mesmos critérios adotados anteriormente.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *BackOffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

Este contrato não necessitava ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *BackOffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

d) Contrato de prestação de serviços:

EDP PCH

O instrumento tinha por objetivo a contratação dos seguintes serviços: (i) suporte de engenharia da manutenção da UHE Lajeado; (ii) do gerenciamento do sistema elétrico, e de interface e representação entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; e (iii) suporte e questões relativas ao meio ambiente e regularização fundiária.

EDP Comercializadora

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 01 de dezembro de 2019 com término em 30 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$4.140, a serem pagos em parcelas mensais de R\$69, atualizado anualmente pelo IPCA.

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

8.2 Remuneração dos administradores**8.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro**

	2019				2018			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	865	76	150	1.091	799	76	150	1.025
Benefícios de curto prazo (b)	20			20	45			45
Total	885	76	150	1.111	844	76	150	1.070

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

8.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2019			2018		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,00	1,00	5,00	2,92	1,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	370	51	30	249	76	30
Valor da menor remuneração individual	236	25	30	156	76	30
Valor médio da remuneração individual	295	76	30	289	76	30

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****9 Estoques**

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2019 de R\$6.932 (R\$5.953 em 31 de dezembro de 2018) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 12) pelo montante, em 31 de dezembro de 2019, de R\$796 (R\$530 em 31 de dezembro de 2018).

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

10 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor - GSF* é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$443 (R\$491 em 31 de dezembro de 2018), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho ANEEL nº 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados R\$48 (R\$48 em 2018).

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros créditos - Ativo				
Dispêndios a reembolsar		153		
Serviços em curso	28	434	491	95
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8		155	25
Despesas pagas antecipadamente	68	838	18	55
Outros	69	24		
Total	165	1.449	664	175
Outras contas a pagar - Passivo				
Credores diversos - consumidores e concessionárias		900		
Folha de pagamento	214	245		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8		1.027	828
Arrendamentos e aluguéis	11.1	662	353	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.2	2.124	2.100	
Encargos Setoriais		36	44	
Outros		61	62	1
Total	3.097	3.351	1.381	828

11.1 Arrendamentos e Aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 2.7.1), a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Adição	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferências	AVP	Baixa	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios	-	765	44	(381)	42	785	18	30	(879)	424
Equipamentos de informática	-	11	-	(3)	-	5	-	(13)	-	-
Veículos	-	123	-	(4)	2	113	4	-	-	238
Total Circulante	-	899	44	(388)	44	903	22	17	(879)	662
Edifícios	-	991	-	-	67	(785)	136	-	(56)	353
Equipamentos de informática	-	8	-	-	-	(5)	-	(3)	-	-
Veículos	-	113	-	-	-	(113)	-	-	-	-
Total Não circulante	-	1.112	-	-	67	(903)	136	(3)	(56)	353

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2020	382	7,87%	236	8,28%
Juros embutidos	42		2	
Total Circulante	424		238	
2021	179	8,70%		
2022	77	9,81%		
2023	30	9,81%		
Juros embutidos	67			
Total Não circulante	353		-	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	1.094	1.015
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(101)	(94)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 12).

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****11.2 Obrigações sociais e trabalhistas**

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Terrenos		117.759		117.759		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.961	(235.319)	459.642	2,00	694.961	(221.420)	473.541
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,24	334.371	(134.460)	199.911	2,34	333.982	(127.541)	206.441
Máquinas e equipamentos	3,12	431.171	(192.850)	238.321	3,02	411.968	(181.627)	230.341
Veículos	14,29	734	(548)	186	14,29	734	(493)	241
Móveis e utensílios	6,25	837	(55)	782	6,37	35	(7)	28
		1.579.833	(563.232)	1.016.601		1.556.190	(531.088)	1.025.102
Sistema de transmissão de conexão (Nota 12.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,26	529	(292)	237	17,71	8.328	(7.714)	614
Máquinas e equipamentos	10,25	17.560	(10.533)	7.027	20,21	73.603	(61.636)	11.967
		18.089	(10.825)	7.264		81.931	(69.350)	12.581
Administração								
Máquinas e equipamentos	12,45	1.458	(912)	546	11,70	1.323	(837)	486
Veículos	14,29	703	(482)	221	14,29	617	(391)	226
Móveis e utensílios	6,25	815	(231)	584	6,25	841	(368)	473
		2.976	(1.625)	1.351		2.781	(1.596)	1.185
Total do imobilizado em serviço		1.600.898	(575.682)	1.025.216		1.640.902	(602.034)	1.038.868
Ativos de direito de uso (Nota 12.1.2)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	45,02	865	(288)	577				-
Veículos	50,00	235	(118)	117				-
Total Ativos de direito de uso		1.100	(406)	694		-	-	-
Imobilizado em curso								
Geração		17.898		17.898		42.476		42.476
Administração				-		221		221
Total do imobilizado em curso		17.898	-	17.898		42.697	-	42.697
Total do imobilizado		1.619.896	(576.088)	1.043.808		1.683.599	(602.034)	1.081.565

12.1.1 Linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº 04/14 e nº 01/15 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/15-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão sendo que a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações está prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa.

Conforme contrato de concessão, a transferência dos ativos para Taesa e respectiva depreciação dos ativos, estava prevista para ocorrer até dezembro de 2019. Em julho de 2018, a Companhia recebeu notificação da Taesa informando a expectativa da antecipação da transferência dos bens para o mês de junho de 2019, fazendo com que a Companhia alterasse o prazo da depreciação da Linha de Transmissão de dezembro de 2019 para maio de 2019, estando assim depreciada integralmente. A transferência dos bens foi concluída em 31 de outubro de 2019.

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$7.264 (R\$12.581 em 31 de dezembro de 2018) relativos ao bay de conexão da SE da usina à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado.

12.1.2 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) (Notas 2.7.1 e 11.1) descritos abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à filial da Companhia localizada em São Paulo.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**12.2 Movimentação do imobilizado**

	Nota	Valor líquido 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2) (Nota 11.1)	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ção	Reversão	Valor líquido 31/12/2019
Imobilizado em serviço										
Terrenos		114.510			3.249					117.759
Reservatórios, barragens e adutoras		473.541				(13.899)				459.642
Edificações, obras civis e benfeitorias		207.055			389	(7.296)				200.148
Máquinas e equipamentos		242.794			25.351	(20.474)	(1.777)			245.894
Veículos		467			87	(147)				407
Móveis e utensílios		501			964	(99)				1.366
Total do imobilizado em serviço		1.038.868	-	-	30.040	(41.915)	(1.777)	-	-	1.025.216
Ativos de direito de uso	12.1.2									
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	1.756	44		(288)			(935)	577
Equipamentos de informática		-	19			(6)	(13)			-
Veículos		-	236			(119)				117
Total Ativos de direito de uso		-	2.011	44	-	(413)	(13)	-	(935)	694
Imobilizado em curso										
Reservatórios, barragens e adutoras (*)		3.202						(3.202)		-
Edificações, obras civis e benfeitorias		-			(389)			389		-
Máquinas e equipamentos		15.057		5.590	(25.351)		(2)	8.207		3.501
Adiantamento a fornecedores		3.137					(1.003)	(1.235)		899
Depósitos Judiciais	19.1.1.1	16.387						(3.249)		13.138
Outros		4.914		624	(1.051)		(6)	(4.121)		360
Total do imobilizado em curso		42.697	-	6.214	(30.040)	-	(1.011)	38	-	17.898
Total do imobilizado		1.081.565	2.011	6.258	-	(42.328)	(2.801)	38	(935)	1.043.808

(*) Do montante de R\$4.694, R\$4.417 refere-se a revisão de estimativas de licenças ambientais (Nota 19.2).

13 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do intangível

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Software	20,00	78	(73)	5	20,00	78	(68)	10
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,42	22.655	(8.343)	14.312	25,42	8.100	(6.041)	2.059
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(11.715)	8.422	3,22	20.137	(11.068)	9.069
		42.870	(20.131)	22.739		28.315	(17.177)	11.138
Sistema de transmissão de conexão (Nota 12.1.1)								
Servidão permanente		-	-	-	39,40	111	(92)	19
		-	-	-		111	(92)	19
Administração								
Software	20,00	1.208	(968)	240	20,00	1.989	(1.762)	227
		1.208	(968)	240		1.989	(1.762)	227
Total do intangível em serviço		44.078	(21.099)	22.979		30.415	(19.031)	11.384
Intangível em curso								
Administração		385	-	385		441	-	441
Total do intangível em curso		385	-	385		441	-	441
Total do intangível		44.463	(21.099)	23.364		30.856	(19.031)	11.825

13.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido 31/12/2018	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortiza- ções	Reclassifica- ção	Valor líquido 31/12/2019
Intangível em serviço							
Software		237		118	(110)		245
Servidão permanente		19			(19)		-
Direito de concessão - Licenças ambientais		2.059		14.555	(2.302)		14.312
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	13.2.1	9.069			(647)		8.422
Total do intangível em serviço		11.384	-	14.673	4	-	22.979
Intangível em curso							
Software		441	14.655	(14.673)		(38)	385
Total do Intangível em curso		441	14.655	(14.673)	-	(38)	385
Total do Intangível		11.825	14.655	-	4	(38)	23.364

13.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**14 Fornecedores**

	Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Encargos de uso da rede elétrica	60	181
Materiais e serviços	3.260	5.305
Total	3.320	5.486

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	Saldo em 31/12/2018	Dividendos Adicionais	Intermediários	JSCP	Pagamentos	Pagamentos não realizados	Saldo em 31/12/2019
Lajeado Energia	14.698	6.889	5.440	19.355	(42.109)		4.273
CEB Lajeado	4.027	1.887	1.490	5.303	(11.536)		1.171
Paulista Lajeado Energia	1.409	661	522	1.856	(4.038)		410
Acionistas não controladores (*)	2.776					4	2.780
	22.910	9.437	7.452	26.514	(57.683)	4	8.634

(*) O saldo de dividendos aos Acionistas não controladores refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

Dividendos adicionais do exercício de 2018

Foi aprovada em AGO, realizada em 25 de abril de 2019, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Foram distribuídos: (i) JSCP, imputáveis aos dividendos, no valor de R\$30.190, sendo R\$23.688 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R\$6.502 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C", já contabilizados no exercício de 2018 conforme RCA de 21 de dezembro de 2018; e (ii) dividendos adicionais no valor de R\$12.334, sendo R\$9.437 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$2.897 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 16.2.1). O JSCP e os dividendos foram pagos integralmente nos dias 21 e 22 de maio e 28 de agosto de 2019.

Dividendos e JSCP intermediários

Em 19 de novembro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia aprovou dividendos e JSCP intermediários, a serem imputáveis nos dividendos, que serão ratificados pela Assembleia Geral, no montante de R\$40.740, pagos integralmente em 22 de novembro de 2019.

	JSCP		Dividendos
	Bruto de Imposto de Renda	Líquido de Imposto de Renda	
Ordinárias	21.182	18.005	7.452
Preferenciais 'R'	3.125	2.656	
Preferenciais 'A' (Nota 16.2.1)	858	729	302
Preferenciais 'B' (Nota 16.2.1)	189	161	
Preferenciais 'C' (Nota 16.2.1)	5.646	4.799	1.986
Total	31.000	26.350	9.740

JSCP complementares

Em 23 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP complementar, relativo ao exercício de 2019, e serão imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	JSCP	
	Bruto de Imposto de Renda	Líquido de Imposto de Renda
Ordinárias	6.886	5.853
Preferenciais 'A' (Nota 16.2.1)	279	237
Preferenciais 'C' (Nota 16.2.1)	1.835	1.560
Total	9.000	7.650

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

				31/12/2019				31/12/2018			
				Encargos		Principal		Encargos		Principal	
				Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional											
Empresa	Finalidade	Forma de pagamento									
Ações recebíveis cumulativa	Investco	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	1.807	37.322	53.191	92.320	5.529	38.848	48.934	93.311
Total				1.807	37.322	53.191	92.320	5.529	38.848	48.934	93.311

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****16.1.1 Ações recebíveis cumulativas**

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$92.320 (R\$93.311 em 31 de dezembro de 2018) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2018	Juros provisio- nados (Nota 16.2.1)	Pagamentos	Transferên- cias	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante						
Juros	5.529	9.272	(17.714)	4.720		1.807
	<u>5.529</u>	<u>9.272</u>	<u>(17.714)</u>	<u>4.720</u>	<u>-</u>	<u>1.807</u>
Não circulante						
Principal	48.934				4.257	53.191
Juros	38.848			(4.720)	3.194	37.322
	<u>87.782</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.720)</u>	<u>7.451</u>	<u>90.513</u>

16.2.1 Juros provisionados

Referem-se aos dividendos intermediários e complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia (Nota 15), registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 23).

16.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2020	1.807
	<u>1.807</u>
Não circulante	
2021	3.540
2022	1.180
2023	4.342
2024	3.995
2025 até 2029	15.659
2030 até 2034	61.797
	<u>90.513</u>
Total	<u>92.320</u>

17 Benefício pós emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, na modalidade de Contribuição definida, e planos de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Programas assistenciais		4		
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	33	27	1.393	906
	<u>33</u>	<u>31</u>	<u>1.393</u>	<u>906</u>

17.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Companhia de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2019 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo no exercício:

	Nota	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(933)	(933)
Custo do serviço corrente		(54)	(54)
Custo dos juros	23	(95)	(95)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL		(344)	(344)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>(1.426)</u>	<u>(1.426)</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**17.2 Contribuição definida**

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$308 (R\$242 em 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 este plano tem a adesão de 45 colaboradores (50 em 31 de dezembro de 2018).

18 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2018	Ajuste a Valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferên- cias	Saldo em 31/12/2019
Circulante						
Uso do bem público	4.998	(5)	72	(5.134)	5.250	5.181
	4.998	(5)	72	(5.134)	5.250	5.181
Não circulante						
Uso do bem público	44.298	1.351	4.609		(5.250)	45.008
	44.298	1.351	4.609	-	(5.250)	45.008

19 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Passivo				Ativo	
		Provisões				Depósitos vinculados	
		Circulante		Não circulante		Não circulante	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1			11.230	13.324	672	635
Licenças ambientais	19.2	5.368	5.465	9.113	883		
Total		5.368	5.465	20.343	14.207	672	635

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

19.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

19.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo	
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2019	Depósito judicial
Trabalhistas	149			(88)	(61)	-	602
Cíveis	11.675	534	(4.943)	(204)	3.646	10.708	454
Fiscais	-	105	(107)		2	-	
Outros	1.500	643	(11)	(1.610)		522	
Total Não circulante	13.324	1.282	(5.061)	(1.902)	3.587	11.230	602

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$909 em 31 de dezembro de 2019 (R\$730 em 31 de dezembro de 2018).

19.1.1.1 Cíveis**Indenizações**

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.071 (R\$4.276 em 31 de dezembro de 2018).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$8.637 (R\$7.399 em 31 de dezembro de 2018). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro 2019 é de R\$13.138 (R\$16.387 em 31 de dezembro de 2018) e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 12.2).

19.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****19.1.2 Risco de perda possível**

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas			55	51
Cíveis	112.434	97.270		
Fiscais	3.584	3.321		
Total	116.018	100.591	55	51

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$904 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.115 em 31 de dezembro de 2018).

19.1.2.1 Cíveis**Indenizações**

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 19.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de dezembro de 2019 de R\$112.267 (R\$96.456 em 31 de dezembro de 2018).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 19.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2019 de R\$79 (R\$68 em 31 de dezembro de 2018).

Resolução CNPE nº 03/13

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. O recurso da União não foi admitido, tendo a ação transitada em julgado em 03 de junho de 2019. O processo encontra-se encerrado em 31 de dezembro de 2019 (R\$628 em 31 de dezembro de 2018).

19.1.2.2 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e fiscal em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R\$15 (R\$130 em 31 de dezembro de 2018).

19.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação – LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$2.704 (R\$5.145 em 2018). Para 2019, a totalidade deste montante (R\$4.801 em 2018) refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados. Adicionalmente, em 2018, também houve R\$344 de gastos relativos ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2018	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Circulante	5.465	5.441	(2.704)	401	884	298	(4.417)	5.368
Não circulante	883	9.114			(884)			9.113
Total	6.348	14.555	(2.704)	401	-	298	(4.417)	14.481

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****20 Patrimônio líquido****20.1 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$961.794. Para fins das demonstrações financeiras, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 16). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2019 face a 31 de dezembro de 2018. Segue a composição do Capital social:

31/12/2019 e 31/12/2018											
Em milhares de ações											
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406

20.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro a ser destinado:			
Lucro líquido apurado no exercício		72.075	37.918
Constituição da reserva legal - 5%	20.3	(3.604)	(1.896)
		<u>68.471</u>	<u>36.022</u>
Destinação do lucro:			
Dividendos intermediários - JSCP	15	38.645	23.688
Lucro do exercício a deliberar	20.3	29.826	12.334
		<u>68.471</u>	<u>36.022</u>
Dividendos por ação ON - JSCP		0,05266	0,05112
Dividendos por ação PNR - JSCP		0,01223	0,01223

20.3 Reservas

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	20.3.1	14.473	14.473
		<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Reservas de lucros			
Legal	20.2	52.530	48.926
Retenção de lucros	20.3.2	5.341	2.444
Lucro do exercício a deliberar	20.3.3 e 20.2	29.826	12.334
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	20.3.4	12.918	12.918
		<u>100.615</u>	<u>76.622</u>
Total		<u>115.088</u>	<u>91.095</u>

20.3.1 Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****20.3.2 Retenção de lucros**

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A constituição no montante de R\$2.897 é decorrente do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito na nota 16.2.

20.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

20.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

20.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2018	Perdas	Provisão IR/CS	Saldo em 31/12/2019
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	490	(344)		146
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(166)		117	(49)
	324	(344)	117	97

21 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

• **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Nota	MWh (*)		R\$	
	2019	2018	2019	2018
Suprimento de energia elétrica	35.517	34.793	7.082	6.424
Energia de curto prazo	3.502	3.468	785	669
Arrendamentos e aluguéis			198.930	152.188
Outras receitas operacionais			698	672
Receita operacional bruta	39.019	38.261	207.495	159.953
(-) Deduções à receita operacional				
PIS/COFINS			(19.193)	(14.796)
P&D			(69)	(62)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos			(152)	(184)
Hídricos - CFURH				
Taxa de fiscalização			(28)	(23)
	-	-	(19.442)	(15.065)
Receitas	39.019	38.261	188.053	144.888

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2019				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Nota						
		51				51
Energia elétrica comprada para revenda		1.459				1.459
Encargos de uso da rede elétrica						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.1		9.152	5.688		14.840
Material			931	97		1.028
Serviços de terceiros	22.2		6.562	4.003		10.565
Depreciação - Imobilizado em serviço			41.410	321		41.731
Depreciação - Ativos de direito de uso				401		401
Amortização			(1.448)	109		(1.339)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1.1				(620)	(620)
Arrendamentos e aluguéis	22.3			67		67
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					1.777	1.777
Outras		4	920	744	29	1.697
Total		1.514	57.527	11.430	1.186	71.657

		2018				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Nota						
		(198)				(198)
Energia elétrica comprada para revenda		1.633				1.633
Encargos de uso da rede elétrica						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.1		8.834	5.478		14.312
Material			787	144		931
Serviços de terceiros	22.2		6.270	4.073		10.343
Depreciação - Imobilizado em serviço			48.642	1.727		50.369
Amortização			2.752	127		2.879
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1.1				(1.388)	(1.388)
Arrendamentos e aluguéis	22.3			398		398
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					1.888	1.888
Outras		4	2.254	499	2	2.759
Total		1.439	69.539	12.446	502	83.926

22.1 Pessoal e Administradores

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	7.417	7.391
Encargos	2.498	2.386
Previdência privada - Corrente	384	32
Benefício pós-emprego - Previdência Privada		242
Despesas rescisórias	120	180
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.247	1.048
Outros benefícios - Corrente	1.761	1.817
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	54	45
	13.481	13.141
Administradores		
Honorários e encargos	1.334	1.034
Benefícios dos administradores	25	137
	1.359	1.171
	14.840	14.312

22.2 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	1.475	1.008
Serviços de manutenção	4.586	4.827
Serviços de limpeza e vigilância	1.308	1.403
Serviços ambientais	437	462
Serviços de informática	1.221	1.502
Serviços de publicação e publicidade	465	482
Serviços de transporte	303	238
Serviços compartilhados	676	165
Outros	94	256
	10.565	10.343

22.3 Arrendamentos e aluguéis

O montante registrado em Arrendamentos e aluguéis refere-se aos arrendamentos que não foram contemplados pelo CPC 06 (R2) devido as isenções opcionais.

Notas Explicativas**Notas explicativas**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**23 Resultado financeiro**

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.942	1.154
Energia vendida		83	126
Depósitos judiciais		32	266
Juros e multa sobre tributos	6	850	162
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(162)	(183)
Outras receitas financeiras		53	91
		<u>2.798</u>	<u>1.616</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	16.2	(9.272)	(5.395)
Ajustes a valor presente	16.2	(7.451)	(7.233)
Juros e multa sobre tributos	6		(207)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1.1	(3.587)	(723)
Uso do bem público	18	(6.027)	(6.420)
Benefícios pós-emprego	17.1	(95)	(80)
Arrendamentos e aluguéis		(269)	
Outros juros e variações monetárias		(699)	(565)
Outras despesas financeiras		(100)	(138)
		<u>(27.500)</u>	<u>(20.761)</u>
		<u>(24.702)</u>	<u>(19.145)</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	91.694	41.817
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>(31.176)</u>	<u>(14.218)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(40)	(43)
Juros sobre o capital próprio	13.600	10.265
Juros sobre as ações preferenciais	(3.152)	(1.433)
Outras	(35)	(348)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	1.022	1.722
Incentivos fiscais	162	156
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(19.619)</u>	<u>(3.899)</u>
Alíquota Efetiva	21,4%	9,3%

25 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	52.608	26.475
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	2.131	1.072
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	<u>14.022</u>	<u>7.056</u>
	<u>72.076</u>	<u>37.918</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	<u>107.199</u>	<u>107.199</u>
	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,13080	0,06582
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,13080	0,06582
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,13080	0,06582

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes (Nota 25.1)	Resultado por classe de ações
2019			
Ordinárias (ON)	36.862	15.746	52.608
Preferenciais Classe "R" (PNR)	23.423	(20.297)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.493	638	2.131
Preferenciais Classe "B" (PNB)	473	(284)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	9.825	4.197	14.022
	<u>72.076</u>	<u>-</u>	<u>72.076</u>
2018			
Ordinárias (ON)	19.393	7.082	26.475
Preferenciais Classe "R" (PNR)	12.322	(9.196)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	785	287	1.072
Preferenciais Classe "B" (PNB)	249	(60)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	5.169	1.887	7.056
	<u>37.918</u>	<u>-</u>	<u>37.918</u>

25.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

26 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

26.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

26.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	36.843	1.520	36.843	1.520
			36.843	1.520	36.843	1.520
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.019	241	1.019	241
Concessionárias		Nível 2	2.130	1.914	2.130	1.914
Rendas a receber	5	Nível 2	16.577	12.682	16.577	12.682
Outros créditos - Partes relacionadas	8	Nível 2	155	25	155	25
			19.881	14.862	19.881	14.862
			56.724	16.382	56.724	16.382

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	3.320	5.486	3.320	5.486
Uso do bem público	18	Nível 2	45.227	41.385	50.189	49.296
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16					
Moeda nacional		Nível 2	96.507	88.954	92.320	93.311
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	1.027	828	1.027	828
Arrendamentos e aluguéis	11.1	Nível 2	1.015		1.015	
			147.096	136.653	147.871	148.921

26.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

26.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

26.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público e dos Empréstimos e financiamentos diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(ii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

26.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**26.2 Gestão de riscos**

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

26.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

26.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	36.843	2.869	2.869	745	1.502	(734)	(1.457)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	36.843	2.869	2.869	745	1.502	(734)	(1.457)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 4,1% e 6,4% a.a.

26.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Rendas a receber (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2019					31/12/2018
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	2.956	274	90			3.320
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1.027		1.027
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			1.807	13.057	77.456	92.320
Uso do bem público	393	1.331	3.457	22.502	22.506	50.189
Arrendamentos e aluguéis	55	110	497	353		1.015
	3.404	1.715	5.851	36.939	99.962	148.871

26.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**26.2.4 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Rendas a receber

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Classificação da instituição financeira			
AAA		18.025	1.520
AA		18.818	
	3	36.843	1.520

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Tocantinense de Regulação - ATR etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

26.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos	92.320	93.311
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(37.862)	(1.761)
Dívida líquida	54.458	91.550
Total do Patrimônio Líquido	919.644	895.878
Total do capital	974.102	987.428
Índice de alavancagem financeira - %	5,59%	9,27%

27 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**27.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	2019					Saldo em 31/12/2019
		Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Outros	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	15	22.910	(57.679)			43.403	8.634
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	93.311	(16.396)		7.451	7.954	92.320
Arrendamentos e aluguéis	11.1	-	(388)	111	158	1.134	1.015
		116.221	(74.463)	111	7.609	52.491	101.969
2018							
		Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2018
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos		32.541	(37.724)		28.093		22.910
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		93.757	(12.102)	7.233	5.395	(972)	93.311
		126.298	(49.826)	7.233	33.488	(972)	116.221

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****27.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	5.858	20.134
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado	10.138	1.780
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	1.134	
Total	17.130	21.914

28 Compromissos contratuais e Garantias**28.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	31/12/2019				31/12/2018	
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	65	84			149	2.738
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	10.557	12.441	1.154	90	24.242	21.332
Prêmio de risco - GSF				385	385	312
	10.622	12.525	1.154	475	24.776	24.382

(*) Os compromissos contratuais referidos no quadro acima compreendem os contratos de arrendamentos e aluguéis que não foram contemplados no escopo do CPC 06 (R2) e, portanto, não encontram-se registrados nestas demonstrações financeiras.

Do montante de R\$2.738 em 31 de dezembro de 2018, R\$415 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019				31/12/2018	
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	65	65			130	2.840
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	10.557	9.625	965	91	21.238	21.801
Prêmio de risco - GSF				872	872	872
	10.622	9.690	965	963	22.240	25.513

(*) Do montante de R\$2.840 em 31 de dezembro de 2018, R\$440 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.

28.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/12/2019	31/12/2018
Seguro de vida	Aval de acionista	9.386	9.662
Ações judiciais	(i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia	363	5.898
		9.749	15.560

29 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	12.247	12.247	16.135	16.135
Usina	1.004.816	200.000	1.004.817	200.000
Linhas de Transmissão	3.888	3.888		
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	1.101	1.101	1.101	1.101
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	9.385	(*)	9.662	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$193.210; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$4.110.

* * *

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Seta
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Edison Antônio Costa Britto Garcia
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente, de Relações com
Investidores e Administrativo

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de
Comunicação

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Vice-Presidente de Controle

Rodolfo Colli da Cunha
Diretor Vice-Presidente

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro

**João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da
Costa**
Conselheiro

Alexandre Guimarães
Conselheiro

Ademir José Scarpin
Conselheiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Proposta de Orçamento de Capital



ORÇAMENTO DE CAPITAL

Não há proposta de Orçamento de Capital para a Companhia, devido à distribuição integral do lucro.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Investco S.A.

Miracema do Tocantins - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Rosane Palharim

Contadora CRC 1SP220280/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2020 às 11:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, manifestamos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral, acompanhadas da proposta de destinação dos resultados do referido exercício.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN
Conselheiro Efetivo

ALEXANDRE GUIMARÃES
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 12 de fevereiro 2020, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

RODOLFO COLI DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

Diretor Vice-Presidente de Controle

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 12 de fevereiro de 2020, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

RODOLFO COLI DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

Diretor Vice-Presidente de Controle